

Mulheres em movimento e expressões na construção do viver-Cerrado

Luciene de Oliveira Dias.

da Universidade Federal de Goiás - Goiânia – Brasil
luciene_dias@ufg.br

Ralyanara Moreira Freire

da Universidade de Campinas - São Paulo - Brasil
ralyanara@gmail.com

Resumo: Pensar o Cerrado brasileiro a partir de movimentos e expressões de diferentes mulheres está no horizonte de nossa escrita. Para tanto, realizamos um percurso metodológico que envolveu extensa pesquisa de campo e entrevistas, realizadas no Cerrado goiano e de transição com a Amazônia, entre mulheres quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, tecedeiras e fiandeiras do algodão. Ainda lançamos mão das experiências vividas no I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado, realizado em 2019, onde uma carta escrita a centenas de mãos estabeleceu que “o Cerrado brasileiro tem cara de mulher”. A diversidade, atualidade e luta dessas mulheres, manifestas no texto, nos deram diretrizes para articular o adjetivo cerradeira e o termo viver-Cerrado em nossa busca por uma vida mais digna. Essas duas expressões, cerradeira e viver-Cerrado, são acionadas ao longo do presente artigo como uma forma de conceituar os amplos processos de interação entre humanos e não-humanos a partir de um ambiente que constrói e é construído ao mesmo tempo pelo bioma, pela cultura e pela sociopolítica. Neste momento da pesquisa, concluímos que o chamado ecofeminismo, a perspectiva teórica da amefricanidade e outros movimentos que denunciam as hierarquias e violências, são boas pistas para provocar mudanças. Acrescentamos, contudo, que o viver-Cerrado está localizado na pluralidade, ancestralidade e compromissos intergeracional e interespecífico que constituem as mulheres cerradeiras.

Palavras-Chave: Mulheres. Viver-Cerrado. Movimento. Expressões.

Introdução

Cerrado é o lugar onde “*a gente só vê claridade pra riba, pra baixo é tudo escuro*”, essa é a definição de Cleuza Aparecida da Conceição. Quilombola de Extrema, ela nos explica que o olhar pode alcançar muitos elementos essenciais para a existência do humano em suas relações com o não-humano. É no Cerrado que “*a gente arranja pequi, cascudo, cajuzinho do cerrado... e de remédio tem muito, tem angico branco, angico roxo, pau d’óleo*”, nos conta Cleuza. Com a projeção do olhar dessa mulher quilombola cerradeira é que damos, nesta escrita, os primeiros passos para trilhar uma conceituação interdisciplinar e

multilocalizada a partir de pesquisa realizada no âmbito do Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença, da Universidade Federal de Goiás.

Extrema, onde se concentra a maior parte das participantes do estudo, é uma comunidade quilombola formada desde 1933 e que reúne atualmente 41 famílias. Por estas terras, encontramos o Cerrado marcado por um bom riacho e muitas árvores, especialmente a palmeira macaúba – o chamado “coco de roer” nativo do lugar, espinhoso e que chega aos 15 metros de altura. Situada no Centro-Oeste brasileiro, a nordeste de Goiás, Extrema está no município de Iaciara, tendo sido reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 2014. Os entraves que o poder público impõe às comunidades tradicionais e negras no Brasil impedem, ainda hoje, a chegada do título definitivo das terras a Extrema. Mas o grupo já conta com sua primeira mulher com mestrado. Titulada pela Universidade Federal de Goiás como mestra em Performances Culturais, Maria Madalena do Sacramento Rocha é integrante dessa pesquisa e está mergulhada no viver-Cerrado¹.

Trabalhamos o Cerrado – e a adjetivação cerradeira – enquanto mosaico de paisagens e culturas que aglutina as diversidades humanas e não-humanas. Existem muitas possibilidades de abordagem do que seja Cerrado ou do que tratamos aqui com a expressão cerradeira. Reconhecemos que a abordagem biológica fortalece a noção de bioma, presente nas falas para esta pesquisa sempre que trazemos as matas, vegetação, solo e águas. Já a partir da noção de fronteira agrícola provocamos a reflexão do Cerrado enquanto cenário para a atuação impactante do agronegócio sobre os povos tradicionais (ALMEIDA, 2007). Destacamos, ainda, uma abordagem cultural do Cerrado dedicada aos fazeres e saberes da culinária, artesanato, curas e aromas. E, também, uma dimensão sociopolítica, que analisa o Cerrado como território de disputas.

A grande busca nesta escrita é pensar todas essas perspectivas interligadas, compondo um universo complexo e referenciado a partir da pluralidade e da interdisciplinaridade, sob a lente proposta pelas mulheres acionadas para a pesquisa e pelo que chamamos de viver-Cerrado. Dessa forma, todas as vezes que utilizamos o adjetivo cerradeira², a expressão viver-Cerrado ou até mesmo a palavra Cerrado, nos

¹ Todas as entrevistas, realizadas no Quilombo Extrema, foram mediadas pela integrante do Pindoba-UFG, mestra em Performances Culturais e Quilombola, Maria Madalena do Sacramento Rocha, a quem agradecemos. As entrevistas foram realizadas no território quilombola, em tempos de pandemia provocada pelo novo Sars-Cov-2, no mês de junho de 2020. A pesquisadora se manteve isolada com o grupo social que cedeu as entrevistas durante toda a pandemia, não apresentando, assim, riscos de contaminação e não se expondo a tais.

² O adjetivo está presente nas falas de campo. Não obstante, também utilizamos essa locução como alternativa ao termo academicista e demasiadamente hegemônico que é o *Homo cerratensis*, do historiador

referimos ao amplo processo de interação entre humanos e não-humanos em um ambiente marcado pelo bioma, cultura, sociopolítica e, infelizmente, pela fronteira hidroagrícola do Cerrado. Sendo este o nome das savanas brasileiras com suas árvores baixas, arbustos espaçados e gramíneas, suas águas profundas, clima e fauna específicas.

Estamos em sintonia com o ecofeminismo, conforme estabelecido por Françoise d'Eaubonne (1974) e sua tentativa de explicar a profunda relação entre a luta pelos direitos das mulheres e todas as reivindicações por um mundo mais sustentável. Também mantemos afinidade com os estudos de Maria Mies e Vandana Shiva (1993), quando estas denunciam o desenvolvimentismo enquanto modelo de sociedade que traz grandes prejuízos para toda a humanidade. Segundo elas, as mulheres devem ser as protagonistas no processo de construção de uma agenda que não só barre as perdas, mas fundamentalmente contribua para a construção de um mundo mais justo. Isso porque são exatamente as mulheres as grandes prejudicadas pela perniciosa combinação de fatores socioeconômicos, culturais e biológicos que degradam o meio ambiente.

Sobre quem sejam as mulheres cerradeiras, nos ancoramos nas experiências e aprendizagens do I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado. O evento foi auto-organizado e impulsionado pelos grupos e associações articulados à Campanha Nacional em Defesa do Cerrado³. Em um espaço isolado do centro urbano do município goiano de Luziânia, distante quase 200 quilômetros da capital do estado, entre os dias 14 e 16 de junho de 2019, nos encontramos com aproximadamente 110 mulheres de 11 estados⁴ do Cerrado brasileiro, mais o Distrito Federal. Enquanto articuladoras de pesquisas sobre narrativas da diferença e mulheres plurais, também buscamos garantir nossa participação no evento.

Na Carta⁵ do I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado, onde estabelecemos que “o Cerrado brasileiro tem cara de mulher” podemos encontrar uma ampla definição do que sejam mulheres cerradeiras. Esta mulher é “resistente, resiliente, negra, indígena, quilombola, feminista, camponesa, assentadas e acampadas, sem-terra, atingida por mineração e barragens, quebradeira de coco babaçu, sertaneja, pescadora, vazanteira,

Paulo Bertran. Disponível em: <https://ispn.org.br/biomas/cerrado/povos-e-comunidades-tradicionais-do-cerrado/>. Acesso em 28 jul 2020.

³ Intitulada “Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado é promovida por 43 organizações, movimentos sociais e entidades religiosas, a exemplo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e iniciou suas atividades em 2016 com o objetivo de alertar a sociedade para os impactos da destruição do Cerrado.

⁴ Compõem o Cerrado brasileiro os estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, São Paulo, Paraná, Rondônia. Disponível em: <<https://semcerrado.org.br/cerrado/>>. Acesso em 08 jul 2020.

⁵ A Carta está disponível em: <https://semcerrado.org.br/povos_doc_errado/carta-do-i-encontro-nacional-das-mulheres-cerrado/>. Acesso 06 jul 2020.

LBT+, assalariada rural, fundo e fecho de pasto, raizeira, benzedeira, agricultora familiar, geraizeira, ribeirinha”. Identificamos neste panorama a busca por uma definição feita por mulheres mergulhadas na discussão sobre si enquanto existência coletiva e profundamente compromissadas em não deixar mulheres fora desta definição.

Por este documento, somos as mulheres “as guardiãs do Cerrado e dos saberes populares”, enquanto herança cultural diretamente relacionada a uma ancestralidade cerradeira. A definição estabelece que mulheres, imersas no que estamos propondo chamar de viver-Cerrado, são marcadas pela diversidade, atualidade e luta. O escrito foi conduzido por centenas de mãos e todas falamos de nossas existências coletivas. Desde parteiras, professoras universitárias, quebradeiras de coco babaçu, lésbicas, jornalistas, encantadoras de sementes, crianças, religiosas e muitas outras. Todas debruçamos na escrita vivida durante os dias do Encontro. Falamos de nós nas diversas místicas, dinâmicas, cantos e cirandas, o que resultou na Carta, que tem o reflexo desta diversidade.

Quando Lélia Gonzalez (1988, p. 77, grifos no original) lança a expressão “amefricanidade” enquanto uma metodologia que possibilita “resgatar uma *unidade específica*, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo”. Ela nos mobiliza para a conscientização efetiva da nossa existência coletiva em um vasto território. Assim é que lançamos mão da “amefricanidade” para observar nossas similaridades no que diz respeito ao viver-Cerrado. Sabemos que essas estratégias estão ameaçadas por investidas minerárias, produção de *commodities* agrícolas com uso irrestrito de agrotóxicos, instalação de usinas e pequenas centrais hidrelétricas, intenso crescimento e falta de controle do perímetro urbano, entre outros problemas. Quando nós, mulheres cerradeiras, combatemos esses processos exploratórios e degradantes, não estamos fechadas à concepção de que todas nós fazemos a luta uniformemente.

Destacamos, assim, a resposta rápida de Cleuza Aparecida da Conceição – quando afirma categórica que Cerrado é onde “*a gente só vê claridade pra riba, pra baixo é tudo escuro*” – e a estratégia de formação de Maria Madalena do Sacramento Rocha como elementos legítimos e diversos que caracterizam as mulheres cerradeiras. Quando diz sem meias-palavras: “*Eu sou mulher de roça, eu sou uma grosseira, não sou mulher de ficar dentro de casa, gosto de estar nas bibocas, sou do meio do mundo. Eu confundo ‘eu’ com Cerrado*”, Cleuza demonstra uma aproximação conceitual estratégica com Madalena, quando esta

se apresenta, na Introdução de sua dissertação⁶, como “mãe, esposa, professora, liderança ocupando a presidência da Associação Quilombola Extrema (AQUE) e pesquisadora [...] que desde criança ouço os chamados causos sobre caçadas que deram errado por causa da onça” (ROCHA, 2019, p. 15). Ambas acionam sua autoidentificação por suas existências múltiplas, complexas e em interação com os ambientes e coletividades.

Nosso caminho metodológico, escolhido para estas linhas, está sustentado pelos diálogos com mulheres que constroem o viver-Cerrado como quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, fiandeiras de algodão e tecedeiras. Nos sustentamos, ainda, na Carta do I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado, que apresenta diretrizes para um “Cerrado com cara de mulher”. Fazemos, também, uso de pesquisa bibliográfica para pensar o Cerrado enquanto um espaço em movimento, que constrói e é construído por mulheres cerradeiras. Essas perspectivas são entrelaçadas, como os fios de algodão em um tear manual, de forma que na tecedura final desejamos que não seja possível detectar sobreposições ou hierarquias. Assim é que vislumbramos encontrar nas linhas que se seguem, a complexidade, da nossa claridade e da nossa escuridão cerradeira.

Mulheres em movimento

Com a expressão viver-Cerrado pretendemos tensionar o debate sobre o processo que ameaça naturalizar o que sejam mulheres *do* Cerrado, mulheres *no* Cerrado ou o Cerrado enquanto mulheres que têm um fenótipo e uma ação política única. Viver-Cerrado está em sintonia com a perspectiva apresentada por Patrícia Naiara Kamayurá, participante da pesquisa, integrante do movimento de mulheres indígenas do estado de Goiás e técnica em enfermagem, quando afirma que a multiplicidade e a coletividade são a força do movimento. “*Temos mulheres raizeiras, mas temos também médicas entre as mulheres indígenas*”, afirma ela. Sua perspectiva subsidia o debate a partir do redimensionamento das mulheres cerradeiras a partir da multiplicidade, atualidade e movimento.

Para Patrícia Kamayurá, “*sem o Cerrado nós corremos o risco de ficar sem água*” e, por isso, “*precisamos falar mais da sua importância*”. Mostrando-se engajada, ela comenta que “nós, mulheres indígenas, temos todo respeito pela mãe Terra, e a tudo o que ela nos proporciona” e acrescenta que “o Cerrado faz parte de nós, faz parte da nossa essência”.

6 A dissertação “Na caçada da onça: curraleira e sussa enquanto performances culturais quilombolas” foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais da Universidade Federal de Goiás, em dezembro de 2019, e está disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG_7709b2702e082fde947eca292ca4a5d4>. Acesso 06 jul 2020.

O posicionamento de Patrícia Kamayurá converge com a afirmação de que “ninguém vai morrer de sede nas margens dos nossos rios”, que está na Carta do I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado. Esse movimento de não hierarquização entre o humano e não-humano, tendo como protagonistas dessa enunciação as mulheres, reforça o empenho “do conhecer” para um efetivo viver-Cerrado.

Denunciar a destruição, a contaminação, a exploração e a privatização das águas foi possível a partir de debates, místicas e escuta entre as mulheres cerradeiras presentes no I Encontro Nacional, especialmente as ribeirinhas e atingidas por barragens que expuseram suas experiências. Os relatos ecoam no espaço e no tempo, sendo que as falas das mulheres convergem com o que disse, ainda em 2004, a quebradeira de coco da região de transição entre Cerrado e Amazônia, no Bico do Papagaio – Tocantins, Raimunda Gomes da Silva, para uma das autoras deste artigo: *“Imagine você fazer 18 barragens no rio, fazer uma plantação só de soja no Estado inteiro? Eu nem num gosto de ficar falando sobre isso porque a gente tem filho, tem neto e tem que ter esperança”* (DIAS, 2014, p. 13, grifos nossos).

Raimunda Gomes da Silva tem “uma trajetória pessoal sofrida, de retirada do Maranhão rumo ao então norte goiano e sempre vivendo da quebra do coco babaçu” (DIAS, 2014, p. 13). Ela ocupou a Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, no Conselho Nacional dos Seringueiros e o Memorial Chico Mendes, por décadas, além de ser sócia-fundadora da Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio – Asmubip. Nascida em 1940, esta trabalhadora rural, líder comunitária e ativista recebeu o título de Doutora *Honoris Causa* da Universidade Federal do Tocantins; o Diploma Mulher-Cidadã Guilhermina Ribeira da Silva, pela Assembleia Legislativa do Tocantins; e o Diploma Bertha Lutz, do Senado Federal. A quebradeira de coco faleceu em 7 de novembro de 2018 no povoado Sete Barracas, que fica cerca de oito quilômetros de São Miguel do Tocantins.

Com esta vida de ativismo, Raimunda Gomes da Silva, compartilha com as demais mulheres cerradeiras um desgosto localizado no campo ordinário da vida social que suplanta sistematicamente as conquistas. Existe, de acordo com Almeida (2010), um conjunto amplo de legislação protetora, a exemplo do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, Lei nº 9.985/00; Código Florestal Brasileiro, Lei nº 4771/65; além de códigos estaduais e municipais complementares a depender de cada estado. Contudo, muitos estudos evidenciam que a vegetação natural e os recursos hídricos estão sendo rapidamente degradados. No caso de Goiás, a preocupação é grande e justificável, pois este “é o único estado brasileiro integralmente inserido na área de core (área núcleo deste

ambiente) de distribuição do cerrado na região neotropical, ou seja, o bioma abrange praticamente a totalidade do Estado” (ibidem, 2010, p. 32).

Voltando ao desgosto de Raimunda Gomes da Silva, a distância no tempo é de 16 anos entre a fala da quebradeira de coco e a fala da quilombola de Extrema, Laíde Maria da Rocha, que, quando acionada para esta pesquisa afirma categórica que “*se não existir o Cerrado, não tem água e nós dependemos das águas para viver*”. Identificando a ameaça de escassez das águas do Cerrado, Laíde denuncia que “*os fazendeiros foram criando as fazendas, acabando com tudo, e hoje não tem mais Cerrado, só é capim*”. Ela ainda acrescenta com saudade: “*Lembro muito das grotas também, a gente banhava nas grotas, principalmente no tempo das chuvas*”.

De acordo com Pena (s/d), por localizar-se na região central do Brasil, o Cerrado é abrigo para nascentes ou leitos de rios de 8 das 12 bacias hidrográficas que existem no país⁷. Destacamos os rios Paraná, Paraguai, Madeira, Tapajós, Xingu, Araguaia, Tocantins e São Francisco. As altitudes igualmente representam um fator facilitador para o escoamento de tais águas, o que faz do Cerrado um excelente distribuidor dos recursos hídricos. Todavia, no lugar de serem protegidas, as águas do Cerrado são a principal fonte de exploração de energia elétrica no Brasil, o que representa um chamariz para investimentos devastadores de hidrelétricas, para a expropriação e para o massacre dos povos do Cerrado.

Acionamos, ainda, o entendimento de que é fundamental a garantia de “território livre pra viver” – se trabalhamos para a defesa do Cerrado brasileiro. As mulheres signatárias da Carta do I Encontro não usam de subterfúgios para denunciar todo o processo de violência histórica, marcado por desmatamento, especulação e ausência de regularização fundiária, extermínio de flora e fauna, grilagem, envenenamento e pistolagem, que dizima o local. O avanço da violência contra o território cerradoeiro, pela perspectiva das mulheres, alcança lideranças que passam a ser perseguidas, assassinadas e expulsas por grupos que se arvoram como representantes do estado nacional.

Embora não encontremos levantamentos específicos sobre a violência contra as mulheres cerradeiras, alguns números já divulgados nos ajudam a pensar. Dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT (CANUTO, LUZ, SANTOS, 2019) informam que, entre 2009 e 2018, 1.409 mulheres sofreram violência no campo, sendo que 38 foram assassinadas, 80 sofreram tentativas de assassinato, 409 receberam ameaça de morte, 22 morreram em consequência de conflitos, 111 foram presas, 410 foram detidas e 37 foram

⁷ Pela relevância de suas águas, o Cerrado ganhou o apelido de caixa d'água do Brasil, ou caixa d'água da América do Sul.

estupradas. Ainda conforme o levantamento, “é sobre as mulheres que recai a carga mais pesada destas ações, pois elas ao verem destruído o local de sua habitação e trabalho carregam consigo a dor e a angústia das crianças que estão sob sua responsabilidade” (CANUTO; LUZ; SANTOS, 2019, p. 81).

Como proposta de reação, as mulheres, chefes de família, fazem a defesa da demarcação das terras dos povos indígenas, e da regularização fundiária das terras onde estão os grupos quilombolas e comunidades tradicionais. Terra e território, pelo ponto de vista das mulheres cerradeiras, têm um caráter marcadamente coletivo, o que tangencia a necessária defesa dos direitos humanos enquanto condição para esta existência. “O processo de padronização de usos das terras cerradeiras, a disseminação da cultura midiática, a valorização apenas da estética performática, a constituição do Cerrado enquanto território econômico da Globalização” (CHAVEIRO; CASTILHO, 2007, p. 12) são elementos que provocam o que os autores chamam “de homicídio do patrimônio cerradeiro”, sendo compromisso dos povos que habitam este lugar implementar a defesa do mesmo.

Freire (2015), em ampla pesquisa entre mulheres fiandeiras da região da estrada de ferro, que corta os Cerrados goiano e mineiro, se surpreendeu ao ver, dia a dia, a exploração do território.

De longe contemplamos o Cerrado em sua multiplicidade de paisagens. De perto sentimos os odores das granjas circundantes quando, subitamente, nosso olhar é reconduzido para as margens da rodovia. Plantações de eucalipto, soja, e pastagem vão tornando o caminho angustiante. Enquanto de um lado da estrada percebemos os povoados e movimentos de ocupação de terra em seu tempo e demandas não compartilhadas pelo poder público, do outro notamos um ritmo externo ao que a vizinhança produz. O desenvolvimentismo é certo, chega e sai com a mesma intensidade provocando reações à população. Se em um dia nosso olhar é surpreendido pelos pés de soja, no outro já se pode notar uma nova monocultura plantada. O Cerrado parece atrair oportunistas em diversos tempos, de diversas formas, mas sempre com o mesmo interesse: aumentar o próprio capital (FREIRE, 2015, p. 29).

Este cenário de desolação exige de nós o foco na força, simbolismo e preservação das sementes do Cerrado. Durante o I Encontro aqui referenciado, muitas sementes foram utilizadas nas místicas, nas trocas, nas exposições e nos debates. Como afirma Sampaio (2015), o Cerrado é o segundo maior ambiente brasileiro, contando com uma área original de 2 milhões de quilômetros quadrados, o equivalente a 22% do território nacional. Curiosamente, este ambiente vive um processo gradual de encolhimento. Uma boa estratégia para barrar essa perda é a semeadura direta de arbustos e gramíneas nativas, o que pode possibilitar uma boa ocupação do solo. Contudo, para isso, é importantíssimo conhecermos as sementes do Cerrado, sabermos que elas têm

especificidades e uma variedade que estão guardadas entre as populações mais velhas, especialmente as mulheres.

Na Carta aqui explorada, essa discussão se sustenta na afirmação de que as sementes são herança dos antepassados e sinal de reprodução da vida. Exatamente por isso, a lógica de produção do agronegócio, que se utiliza de sementes transgênicas, agrotóxicos, latifúndio e monocultura, é considerada inversamente proporcional à lógica cerradeira. As mulheres constataam e denunciam que o uso dos agrotóxicos tem como resultados a contaminação de mananciais e solos, além do envenenamento dos corpos e até mesmo do leite materno. Para além da denúncia, mulheres cerradeiras defendem as práticas medicinais ancestrais como farmácias vivas. Conhecer a diversidade de sementes do Cerrado constitui, assim, uma sólida base para a soberania alimentar e nutricional de toda uma população que guarda práticas de armazenamento, agroecologia, troca e cultivo de sementes.

É lá que você vai buscar. As quilombolas e o Cerrado pra mim é uma coisa só. No meu pensar, as quilombolas faz parte também do Cerrado. Tudo faz parte. Pra mim falou quilombola, misturou com Cerrado, falou a mesma coisa. A gente gosta de fartura e de onde vem essa fartura? É do Cerrado. Fazendeiro só tem a cultura de pasto, de gado. Nós não. Nós pensa do outro lado. Nós não vai desmatar nada porque nós quer é plantar. Se nós tem um pé de quina, nós sabe que tem futuro, tem serventia, é um remédio, é uma comida. E nós não vai desmatar (Cleuza Aparecida da Conceição, Extrema, junho de 2020).

Estrategicamente, são as mulheres que, no Cerrado brasileiro, estão tomando a linha de frente na realização de feiras agroecológicas, formação de bancos de sementes e a permanência no território como forma de sua conservação. Suas vozes já encontram alguns ecos. Exemplo bom para pensar é o alerta oficial da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), divulgado em abril de 2017, que solicitava apoio efetivo às populações tradicionais que se encontram ameaçadas pela expansão das cidades e do hidro-agronegócio. Entre as várias solicitações, o documento estabelece que os governos estaduais e nacional devem “apoiar os modos de vida das populações tradicionais e indígenas, efetivamente implantando o Programa Nacional da Sociobiodiversidade e promovendo as cadeias de produtos da sociobiodiversidade”⁸.

Atentar-nos para o necessário fortalecimento da chamada sociobiodiversidade remete diretamente à perspectiva de que lutamos por direitos⁹. A Carta do I Encontro

8 O alerta diz ainda que as altas taxas de desmatamento do Cerrado ameaçam sua sobrevivência. <<http://www.abc.org.br/2017/04/17/abc-e-sbpc-em-defesa-da-preservacao-do-cerrado/>>. Acesso em 14 jul 2020.

9 O amplo debate sobre direitos das mulheres cerradeiras durante o I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado anunciou a necessidade de barrar uma reforma da previdência que ameaça o princípio da

expressa que “não existem territórios livres com corpos presos”. Todas as formas de violência sofridas no Cerrado foram denunciadas em Luziânia, inclusive a violência contra as mulheres. Envolvidas com a dinâmica da terra, normalmente elas são lidas como fortes, resistentes, ou “casca grossa” – como são as árvores do Cerrado. Por isso, as denúncias feitas no I Encontro foram importantes por despertar um lugar de emancipação do corpo feminino.

Respeitadas a necessária preservação das identidades, elas falaram do feminicídio nas comunidades e relataram casos pessoais de agressões, racismo e misoginia. Trocas foram estabelecidas no sentido de buscar conhecer a lei, mas também de criarem uma rede de denúncia e apoio a todas as mulheres vitimadas pelo histórico de violência, sejam elas indígenas, quebradeiras de coco, benzedeiras, raizeiras, quilombolas e as demais que destacamos até aqui. Pelos relatos, os impactos do agronegócio, hidronegócio e mineração¹⁰ chegam de uma forma muito específica nesses corpos.

De ambiente inóspito, o bioma passa por modificações a partir do prolongamento da estrada de ferro, construção de Goiânia, Marcha para o Oeste, e após meados do século XX produção de soja, sorgo, milho, além de pecuária em grande escala, mineração e silvicultura. Para dar conta da alta demanda, ainda são construídas diversas hidrelétricas. Entre elas está a Serra da Mesa, que gerou um ‘espelho d’água’¹¹ [...] Atualmente, diante de uma possível exploração dos Cerrados sobre uso medicinal, novas explorações ocorrem camufladas pelo discurso da preservação e respeito aos povos que aqui vivem. Contudo, este ambiente não se limita a sua dimensão instrumental, há também as relações simbólicas (FREIRE, 2015, p. 54).

Existe, então, a necessidade urgente de falar do abuso, da exploração sexual, da gravidez forçada na adolescência, do aumento do uso de drogas e do alcoolismo como consequências diretas do processo de violência contra as mulheres cerradeiras, independente dos limites campo-cidade.

Expressões do viver-Cerrado

solidariedade contributiva e depõe contra todas as conquistas da Constituição de 1988. Também os espaços de representação social, política e cultural foram fortemente defendidos pelas mulheres como fundamentais para que possamos reproduzir um modo de vida sustentável. “Negar os sindicatos é também negar nossos legítimos espaços de organização política das trabalhadoras do campo”, estabelece o texto da Carta do I Encontro.

10 A chegada dos mineradores paulistas e portugueses instituiu longo período de escravidão e massacre de grupos indígenas em Goiás. Ainda no século XVII, Manuel Correia e Bartholomeu Bueno da Silva exploraram e maltrataram índios ao notarem colares de ouro nos pescoços das mulheres Goyazes (ALMEIDA, 2010). Bartholomeu Bueno da Silva é também chamado de bandeirante anhanguera, ou melhor Diabo Velho, por conta da crueldade de tratamento que ele deu à população indígena local. Em Goiânia, capital do estado de Goiás, no centro da cidade, existe um monumento aos bandeirantes. A estátua de 1942 está posta na principal avenida da cidade, cujo nome é Anhanguera.

11 O lago artificial de Serra da Mesa, em Goiás, é o maior do Brasil em volume de água, com 54 bilhões de metros cúbicos.

A Carta do I Encontro Nacional das Mulheres Cerrado realmente é um anúncio de que a ancestralidade é fator de força capaz de confluir vidas e reconhecimento de si e entre si. “Mulheres são como águas, crescem quando se encontram” sintetiza o documento que quer contribuir para a vida do Cerrado a partir da vida das mulheres. Relembramos a quilombola Cleuza Aparecida da Conceição, quando ela destaca que “*pra baixo é tudo escuro*”. Cleuza nos impele a conhecer as águas, que brotam na terra e constituem o território. No Cerrado há uma vegetação rica em recursos naturais com campos, chapadas, cachoeiras, lagos. Há ainda a presença exuberante de flora, fauna e recursos minerais.

De acordo com Almeida (2010), populações caçadoras e coletoras ocupam o Cerrado goiano há cerca de 10 mil anos, com destaque para a presença dos grupos Tapuia e Ava-Canoeiro no vale do Paranã, região da Chapada dos Veadeiros, desde então. Já de acordo com informações da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, a diversidade de povos e comunidades tradicionais cerradeiras remonta a 12 mil anos. Os relatos dão conta de que são mais de 80 etnias indígenas – dentre Xavantes, Kraô-Kanela, Tapuias, Guarani Kaiowá, Terena, Xacriabas, Apinajé –, além de grupos pescadores, ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, fundo e fecho de pasto, retireiros do Araguaia, vazanteiros, agricultores familiares, geraizeiros, sertanejos, barranqueiros, acampados, assentados e muitos outros¹².

Observamos que a diversidade dos povos relatados tanto por Almeida (2010) quanto pela Campanha converge para o que está expresso na Carta. São povos que vivem da agricultura familiar, artesanato e extrativismo. Conhecem os aspectos nutricionais, medicinais e a rica qualidade do viver-Cerrado. Assim, colocam-se como guardiões da sociobiodiversidade. Tal como nós, presentes no I Encontro das Mulheres do Cerrado, são povos que protagonizam a própria história e resistem a tudo o que ameaça a existência.

Quando falamos em povos diferentes ocupando o Cerrado, também falamos de formas e expressões de vida que se diferenciam. Destacamos a religiosidade, as danças e o saber-fazer cerradeiro. Tais expressões envolvem a curraleira, lundu, catira, sapateados, trovas, versos, poesias, rezas e ladainhas. Há as repentistas, contadoras de histórias, pintoras, raizeiras, parteiras, rezadeiras, benzedeiras. Outro sim, podemos falar de festas como a Caçada da Rainha, Santos Reis, São Sebastião, Nossa Senhora do Rosário, Romaria Nossa Senhora da Abadia do Muquém, Nossa Senhora dos Verdes,

¹² Fonte: https://semcerrado.org.br/povos_doc_errado/povos-do-cerrado/. Acesso em 26 jul 2020.

Santa Luzia (ALMEIDA, 2010), Folia do Divino Espírito Santo (SOARES, 2020) e a Curraleira (ROCHA, 2019).

Ponderamos ainda expressões do saber-fazer de mulheres permeadas pela lida com as cascas, folhas, flores, frutos e sementes do Cerrado, capazes de provocar o tingimento do algodão branco e pardo que, por sua vez, são passíveis de serem transformados em linhas e tecidos. As tramas complexas que algumas mulheres criam no viver-Cerrado são inspiradas em suas vidas cotidianas e sua intensa integração socioambiental. Sabemos que o Cerrado não está pronto, acabado. Estamos falando de um ambiente que está em transformação, da mesma forma que as mulheres que o integram. Existe uma correlação, uma coexistência recíproca que envolve mulheres e Cerrado.

Manoela Pereira é uma mestra cerradeira goiana que detém o saber-fazer de transformar algodão branco e pardo em linha e depois em tecido. Ela atribuía sentidos ao seu viver-Cerrado a partir da transformação das cascas, folhas, flores, frutos e sementes que circundavam sua vida. As modificações desses materiais deram cor e textura às suas linhas de algodão e, posteriormente, aos seus tecidos manuais totalmente ecológicos, sustentáveis e encantadores. As tramas que ela criava estavam permeadas pelos elementos do Cerrado, tanto na própria constituição dos materiais necessários à tecedura, quanto na representação do ambiente que ela criava, sendo estas flores, frutos e paisagens (FREIRE, 2015).

O desgosto que Raimunda Gomes da Silva nos contara nas linhas acima é transformado em resiliência, quando esta mesma afirma que prefere não falar de alguns assuntos para, então, manter a esperança viva. Seu posicionamento, sua forma de enfrentar a lida é destacada também por Freire (2015) quando esta realça que os povos, tão múltiplos, no Cerrado, têm em comum a resistência. Ela fala sempre de um “recomeçar”, partindo da ideia de que a diversidade é um traço cultural dos povos, mas também opera como um fator organizar da vida. O recomeçar é construído na luta cotidiana no interior de cada território familiar e grupal que vai refazendo na vida social. Neste sentido, “precisamos assumir o Cerrado em sua forma múltipla e plural. Tratá-lo como Cerrados e não Cerrado já é um começo” (FREIRE, 2015, p. 54).

As intervenções de Manoela Pereira no ambiente que vive, mostram bem o artifício de viver-Cerrado sobre o qual estamos discorrendo. Ela revelou seus segredos para uma das autoras deste artigo. “*Fia, ocê tem que pegar o caroço e jogar na terra no mês de janeiro, aí espera até julho para ver as flores sair. Dispois, em setembro, o algodão já vai*

aparecer. É assim aqui no sertão e no Cerrado também há de ser. Mais prá lá eu já num sei” (FREIRE, 2015, p. 72, grifos nossos).

Manoela observa a seca e a chuva, que marcam o clima cerradoeiro, para que não lhe falte fibra para seus tecidos. Ela modifica o Cerrado, plantando seu algodão, inclusive o algodoeiro que está na porta de sua casa, na cidade de Silvânia, região da linha férrea em Goiás. O Cerrado a modifica, lhe dando muita fibra. Ela modifica o Cerrado, ao observar suas nuances climáticas e jogar suas sementes. A autoconstrução, pensando em ambas as partes, nos faz tensionar ainda a ideia de que a mulher não existe, pois ela não é uma só, e mulher cerradoeira também não é. O viver-Cerrado envolve muita coisa e, sobretudo, muita coisa que se difere, mas que vai se entremeando e constituindo outras tantas. A transformação é contínua e vem do campo ordinário da vida, aquele marcado pelo dia a dia, pelo cotidiano, como nos ensina Veena Das (2007)

Ellen Woortmann (1991, p. 25) fala de experiências capazes de reconfigurar o tempo e colocá-lo em um lugar contextual e, por isso, formado de distintas maneiras. Para ela, o tempo histórico não é o único percebido por mulheres. O tempo diário no qual alocam suas várias atividades, assim como as de suas filhas e filhos. A pesquisadora afirma que a condição feminina, se é que isso é possível, se (re)constrói no tempo e pelo espaço. De tal modo, a construção do tempo e espaço se tornam também uma construção de gênero, pois passam a ser percebidos como experiências próprias. Assim, no contexto das relações de gênero, o tempo histórico é pensado através do espaço, e os espaços são culturalmente construídos.

Tais explicações nos são relevantes porque, em nossa busca pela compreensão, acreditamos que cerradoeiras subvertem uma determinada ordem social. São mulheres que ocupam espacialidades múltiplas e não um lugar reduzido, um conceito fechado. É possível notar com as ações das fiandeiras e quebradeiras de coco babaçu, muito mais que um lugar “feminino” que ainda hoje se acredita existir na vida social. Como mulheres, que transformaram ininterruptamente ao longo da vida, o algodão e o coco, encontrando nesses dois materiais os sentidos para o dia seguinte, podem estar destinadas a relações de ambivalência? O público/privado, feminino/masculino e, lógico, mulher/homem não pode dar conta dessa dinâmica de vida que estamos apresentando aqui. As cerradoeiras se constituem em espacialidades múltiplas e abertas, pois nos dizem de uma simultaneidade de histórias construídas e por construir.

Tais histórias, construídas ou por construir, são partes inseparáveis das existências das mulheres que vivem o Cerrado, por formar e atualizar seus saberes. É por meio das misturas de tempos e modificações nos espaços, algumas vezes impostas

outras vezes provocadas, que a própria vida é constituída. “Ora, sabemos que nossas fiandeiras constituem seus espaços, pensamentos, tempo e, conscientemente cuidam de seus costumes manifestando neste cuidado sua própria afirmação e existência” (FREIRE, 2015, p. 38). O cuidado é constante e por isso as dinâmicas de gênero vão se configurando. Os corpos das fiandeiras têm características parecidas entre elas. O trabalho delas demanda atenção durante todo ano, percorrendo as quatro estações.

Há um tempo certo para plantar, colher, tingir, cardar, fiar e tecer. Por horas, sentadas elas preparam o algodão para a fiação, sentadas preparam o fio na roda, sentadas tecem os desenhos e ainda sentadas costuram o tecido. Os corpos são assim constituídos de acordo com as atribuições de cada gênero, de acordo com suas próprias atribuições. Como essa maneira de se chegar ao tecido ainda é mantida, mesmo que esporadicamente, não é possível aqui uma construção dos verbos no tempo passado. Além disso, conforme muitas vezes foi compartilhado, os vários modelos de linha chegaram e são utilizados, assim como as diversas cobertas e tecidos produzidos pela indústria têxtil, mas o fazer se mantém pelo saber e é manifesto, mesmo que esporadicamente (FREIRE, 2015).

Dias (2005) fala da constituição corporal. Em sua pesquisa no Bico do Papagaio, a que contou com a participação de Raimunda Gomes da Silva, ela conversou por longos períodos com as quebradeiras de coco, participando da caçada pelo coco, fuga dos fazendeiros, carregamento do material coletado, a quebra da castanha, separação dos materiais, e posterior beneficiamento. As quebradeiras de coco, explica a pesquisadora, são pessoas que apresentam marcas corporais provocadas pelo trabalho com a coleta e a quebra do babaçu.

Ser mulher e Quebradeira de Coco significa ter corpos constituídos culturalmente, uma vez que não são poucas as que falam de problemas de hérnia, devido ao peso do coco transportado nas costas; de coluna, em função não só do peso mas também da posição em que realizam a quebra do coco, e com dedos e mãos mutilados pelo uso do machado sempre muito afiado. Isso sem falar na pele castigada pelo sol. É todo um conjunto de práticas cotidianas que cria a mulher Quebradeira de Coco do Bico do Papagaio, distanciando-a do modelo imposto pela indústria cultural, mas afirmando uma identidade hoje reconhecida (DIAS, 2005, p. 63-64).

Da mesma forma são trabalhados os corpos das mulheres da linha – com as impressões do saber-fazer ancestral no ambiente que ocupam. As fiandeiras, como Manoela Pereira, apresentam marcas similares como a coluna curvada, mãos ágeis, boa coordenação motora, visão turva e dores nas pernas. Manoela tem a coluna curvada e já quase não consegue mexer a perna esquerda. “*É de tanto tecê fia, mas eu num laigo, num laigo meu tiar*”, comenta a tecedeira que, na ocasião de realização da pesquisa, contava 107 anos de vida.

Dissertamos, então, sobre um viver-Cerrado que está longe de classificações hegemônicas que normatizam, enquadram e padronizam. Neste sentido, vale uma interlocução com a reconhecida pesquisadora dos estudos de gênero Judith Butler (2003), quando fala da normatividade e das relações pautadas pela diferença como constituintes das perspectivas de gênero. Observamos que é nas relações que a normatividade faz emergir seu discurso excludente. Assim, percebemos a performatividade, que é sempre uma reiteração de normas, ou práticas reiteradas, pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. As “normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo” (BUTLER, 2000, p. 111).

Em detrimento dessa normatividade de gênero, ou seja, até onde o masculino e o feminino podem e/ou devem transitar, as diferenças são tomadas de forma desigual. Assim, as normas regulam o sexo e fazem emergir representações que ao mesmo tempo, constroem a materialidade dos corpos. Como o gênero se materializa nas relações sociais e os discursos normativos fazem emergir performances, notamos que as ações das cerradeiras podem ser um campo interessante para pensar as construções de gênero. Um exemplo dessas construções de gênero, que impacta nas ações das mulheres no viver-Cerrado, é o uso colonial e machista da língua portuguesa.

Ao realizarmos as pesquisas que dão corpo para este artigo, nos deparamos com a escrita da palavra raizeira. De maneira irritante e persistente, o programa de edição de texto insistiu em destacar essa palavra com a linha vermelha. Sabemos que a linha vermelha no editor de texto é um código que informa a pessoa que escreve que algo está grafado erroneamente. Ocorre que raizeira é uma palavra que não existe. Todavia, o que algumas normas e pessoas acreditam ser o seu oposto, foi aceito pelo programa de edição de textos. Raizeiro não recebe a marcação em vermelho. O uso da palavra raizeiro é aceito na língua colonial portuguesa. Portanto, raizeiro é um substantivo masculino e refere-se aos usos que um homem faz de plantas e raízes. Sabemos que o ofício dos raizeiros é presente no Cerrado e tem ampla relevância. Mas, não se trata disso.

Queremos argumentar que o apagamento das ações das mulheres, que manipulam raízes e ervas, está presente também na língua colonial – por exemplo. Todavia, tal apagamento não está estabelecido no ordinário do viver-Cerrado. Raizeira é, igualmente, um substantivo feminino que faz referência a um conjunto de raízes emaranhadas. Os emaranhados da vida podem ser notados entre as fiandeiras que lidam com as linhas de algodão. Ainda assim, eles são passíveis de analogias quando fazemos o exercício de retornar à fala de Cleuza Aparecida da Conceição, para quem o Cerrado é o

lugar onde “*a gente só vê claridade pra riba, pra baixo é tudo escuro*”. Relacionamos o “escuro”, referido por Cleuza, como sendo as raízes do Cerrado que joga “pra riba” a claridade e, ao mesmo tempo, atrai para baixo a luz.

As raízes que levam água para o lençol freático, responsável pelo tal abastecimento de muitos rios, se constituem como linhas de vida e canais de comunicação entre claridade e escuridão, quem sabe entre mulheres e cerrado. À raizeira, adjetivo que até então parecia não existir no feminino, atribuímos novo sentido podendo ser uma forma de viver-Cerrado. Compreendemos que gênero é um sistema simbólico que define universalmente o ser homem e o ser mulher. Para a compreensão de gênero, é recorrente a referência à biologia e aos elementos físicos que cada corpo apresenta, ainda no ventre materno e ao nascer.

Neste sentido, o sexo masculino está vinculado ao pênis, enquanto o sexo feminino está vinculado à vagina. Para ambas as compleições físicas, comportamentos e formas de ser e agir são associadas. “Gênero pasa a ser una forma de denotar las ‘construcciones culturales’, la creación totalmente social de ideas sobre los roles apropiados para mujeres y hombres. Es una forma de referirse a los orígenes exclusivamente sociales de las identidades subjetivas de hombres y mujeres. Género es, según esta definición, una categoría social impuesta sobre un cuerpo sexuado” (SCOTT, 1994, p. 7).

Não nos interessa aqui revisar os vastos estudos a respeito das teorias de gênero, novos feminismos ou até os ecofeminismos. O importante é compreendermos que gênero é uma normativa impositiva a diferentes corpos, exigindo dos mesmos atuações sociais diferentes. O gênero pode ser algo dado aqui. Todavia, mudando o ambiente, por exemplo, as expectativas sobre esses corpos também se modificam. Estamos interessadas em pensar sobre as atuações das mulheres no Cerrado. Queremos ver e discutir o viver-Cerrado de mulheres. Ao fazermos essa discussão, cuidamos para que a vinculação de mulheres à natureza não seja estabelecida. Compreendemos que as mulheres estão transformando o Cerrado e sendo transformadas por ele. Ocorre que a prática de mulheres envolve um sistema complexo de pensar-saber-fazer cerradeiro.

Outra maneira de existir cerradeira é a própria ideia de “resistir”, levantada por Freire (2015). Avançando um pouco mais nas ideias da autora, acreditamos ser necessário acionar o caráter profundamente resiliente atribuído a mulheres. Resiliência é um conceito “muito presente em estudos ambientais, o termo resiliência aparece também na física, na psicologia e no meio empresarial, sendo que se relaciona às noções de sucesso e capacidade de adaptação às normas sociais” (DIAS, 2019, p. 18). Esse é um

daqueles termos que são amplamente acessados e, sem saber muito bem o porquê, caem no gosto popular. O ambiente digital contribuiu para o espalhamento da ideia de resiliência. Facilmente, encontramos nas redes sociais frases de incentivo ou motivacionais que utilizam a expressão, porém sem muito debate.

Essa palavra possui duas origens etimológicas. Do latim *resiliens* tem o significado de saltar para trás, voltar, ser impelido, recuar, encolher-se ou romper; do inglês *resilient* remete à ideia de elasticidade e capacidade de rápida recuperação (DIAS, 2011). Na física, o conceito de resiliência está relacionado com a qualidade que alguns corpos apresentam de regressar à sua forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica ou em seu corpo. Dias (2011), na pesquisa já citada entre quebradeiras de coco do Bico do Papagaio, é uma das primeiras pesquisadoras no Brasil a desenvolver o conceito de resiliência a partir da prática sustentável de coleta e quebra do referido coco. As mulheres que se dedicam a essa prática, explica a autora, enfrentam uma economia de mercado que privatiza os babaçuais.

Dito de outra forma, estas palmeiras são vistas como empecilho para o desenvolvimento do pasto e da monocultura. De modo geral, os proprietários de terras ateam fogo com o objetivo de destruir as palmeiras e, assim, impedir a entrada de mulheres quebradeiras de coco em suas áreas. “A aparência de morte se estabelece na vastidão que se torna cinza na cor, no cheiro e na aparência. A vida concentrada na semente adquire a forma da morte, uma crosta que não permite a ousadia de dizer que dali pode brotar vida” (DIAS, 2019, p. 17). Contudo, continua a autora, “basta uma pequena chuva e o aspecto do espaço devastado se reconfigura. A crosta se abre e milhares de brotos, palmeirinhas jovens, aparecem e esverdeiam tudo. O cheiro de folha verde toma conta do espaço e os olhos de quem acessa o ambiente se enche de vida. São as pindobas existindo” (ibidem).

A pindoba a qual se refere, é o etnônimo que o broto dos babaçuais queimados recebeu das quebradeiras de coco. A pindoba é um excelente exemplo para pensarmos o conceito de resiliência. Então, em um sentido figurativo, a resiliência está relacionada à capacidade que um ser tem de se recobrar ou se adaptar às mudanças. Alguns dicionários apontam para a capacidade de se recobrar da má sorte. Queremos abordar esse assunto com bastante cuidado, pois não é de nosso interesse deixar brechas para a ideia de que mulheres precisam sofrer, ou são “sofredoras por natureza”. Aliás, entendemos que a pindoba não é resiliente por se reerguer das cinzas ou recuperar-se da má sorte. Ela, diante do fogo, assume o aspecto de morte, se protege da queimada e guarda seu núcleo celular.

Em momento oportuno, quando chegada a primeira chuva, ela brota, pois, encontra na umidade os elementos necessários para seu crescimento. Além disso, não podemos dizer que os babaquais sofrem de má sorte. Afinal, o fogo é ateadado propositadamente pelo homem, aquele ser universal tanto debatido nos estudos de gênero, que representa o agronegócio. O objetivo é nítido: matar a palmeira e impedir a coleta do coco, conforme testemunhou Dias (2019), bem como relatou Raimunda Gomes da Silva e as demais quebradeiras de coco. Não se trata de sorte, mas de incêndios criminosos.

Um outro ponto de vista é o de que, para se ter resiliência é preciso resistir a dor, ao sofrimento. Todavia, a pindoba não é resiliente por aguentar o fogo. Mas, sim por se recolher embaixo da crosta queimada e deixar-se ver apenas com a chegada da chuva. Dessa forma, enfatizamos que pindoba “trata-se de uma compreensão de resiliência que não tem ligação com o reviver do que foi, mas sim com a nova vida que nasce após a experiência do que seria a morte” (DIAS, 2019, p. 18). O aspecto de quase morte provocado pelo fogo, a própria experiência de quase morte e o brotar são elementos que precisam ser recordados quando pensarmos o conceito de resiliência.

Pensar a resiliência, a pindoba – nome do grupo que realizou a presente pesquisa – a partir do Cerrado remete à capacidade deste de armazenar, sem muito alarde, um enorme potencial de água, flora e fauna. O que os olhos rasos e rápidos veem quando miram inadvertidamente o Cerrado é um cenário de pouca vida, uma vastidão de pouca sociobiodiversidade. Mas basta o reorientar da lente que mira, e o que vemos é amplitude, diversidade e força. Assim, é que o Cerrado é aqui também lido como resiliente.

Considerações finais

Para contribuir com algumas considerações que necessitam de espaço nesta escrita, destacamos os estudos de ecofeminismo iniciados por D’Eubonne (1974) que trazem forte discussões sobre os impactos socioambientais, bem como ressaltam a dominação das mulheres pelo capitalismo. Ambientalismo e mulheres entram para a pauta nos debates, políticas e pesquisas, o que nos coloca nesta seara quando fazemos o recorte do viver-Cerrado enquanto viver-Mulheres. São questões relacionadas a violências e conflitos, mas sinalizamos aqui também o seu caráter prospectivo e propositivo. Falamos de um devir mulher cerradeira capaz de reorientar a vida para o

respeito intergeracional e interespecífico, para lembrarmos os documentos oficializados, tratados, acordos nacionais e entre países, a exemplo propalada Agenda 21¹³.

Os estudos ecofeministas são interessantes tanto por relatarem e denunciarem os problemas que envolvem meio ambiente e mulheres, como por apresentar novas perspectivas para a ideia de que o homem está vinculado à cultura e a mulher à natureza. É muito comum nós, enquanto sociedade, estabelecermos relações da mulher com a natureza, como se a maternidade fosse algo natural pela qual todas as mulheres deveriam passar, ou como se o fato de a mulher sangrar mensalmente fizesse dela um ser que não pensa – que comete loucuras quando passa pelo período pré-menstrual, inclusive comer desesperadamente doces e chocolates. Já os homens são associados à cultura, pela capacidade que eles teriam de transformar a natureza.

Os estudos de ecofeminismo, a exemplo dos realizados por Maria Mies e Vandana Shiva (1993), questionam o desenvolvimentismo e o modo como esse modelo de sociedade interfere negativamente na vida de mulheres e homens. “Na literatura especializada, a posição ecofeminista reflete diferentes formas de compreensão (histórica, estrutura social, diferença biológica, racionalidade científica ocidental, simbólico, dentre outras) da natureza e subordinação da mulher (ALMEIDA, 2010, p. 14).

Empenhadas nesta busca por perspectivas novas e amplas, encontramos na expressão “amefricanidade”, de Lélia Gonzalez (1988), um forte apoio contra as generalizações que colocam todas as mulheres em uma mesma caixa. Ativista negra e acadêmica, ela busca repensar as próprias palavras como estratégia metodológica para que alcancemos a especificidade sem perder o caráter profundamente coletivo das vidas de mulheres. Por isso, é interessante pensar as mulheres cerradeiras como uma “unidade específica” presente em um “vasto território”. Temos o compromisso de aprender como as diferentes mulheres são diretamente atingidas pelos processos de morte nas investidas contra o Cerrado, e ainda aprender como estas mesmas mulheres reagem, sempre primando pela vida, pelo viver-Cerrado.

Diante de todo o exposto, destacamos a força de nossas interlocutoras apresentando uma simbiose entre mulheres e Cerrado, de modo a não deixar margens para dúvidas acerca de que “o Cerrado brasileiro tem cara de mulher”, como está anunciado na Carta do I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado. São certas as tentativas de compreensão acerca da relação intrínseca entre mulheres e Cerrado, sendo

13 A Agenda 21 é um dos principais documentos resultantes da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. Seu foco está no compromisso de provocar reflexões, globais e locais, sobre a cooperação na busca por solucionar os problemas socioambientais pelo equilíbrio holístico e com forte crítica ao desenvolvimentismo.

que este olhar se expressou nas falas de todas as nossas interlocutoras, sejam elas quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, fiandeiras, tecedeiras, professoras ou estudiosas. Não intentamos aqui enquadrar nossa pesquisa como ecofeminista, mas lançamos mão desta perspectiva para fortalecer ainda mais o nosso entendimento de que o futuro do Cerrado é mulher, ou não será.

Women moving and expressions in doing living-*Cerrado*

Abstract: With this writing we want to think of the Brazilian *Cerrado* from the movements and expressions of different women. To this end, we carried out a methodological journey that involved extensive field research and interviews - in the *Cerrado* of *Goiás* and in transition with the Amazon - among *quilombola*, indigenous, coconut breakers, weavers, and cotton spinners women. We also used the experiences of the *I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado*, in 2019, where a letter written to hundreds of hands established that “the Brazilian *Cerrado* has the face of a woman”. The diversity, timeliness, and struggle of these women, manifested in the text, gave us guidelines for articulating the adjective *cerradeira* and the term living-*Cerrado* in our search for a more dignified life. These two expressions, *cerradeira* and living-*Cerrado*, are triggered throughout this article as a way of conceptualizing the broad processes of interaction between humans and non-humans from an environment that builds and is built at the same time by the biome, by culture and by socio-politics. At this point in the research, we conclude that the so-called ecofeminism, the theoretical perspective of amefricanity and other movements that denounce hierarchies and violence, are good leads to bring about changes. We add, however, that the living-*Cerrado* is in the plurality, ancestry and intergenerational and interspecific commitments that mark the *cerradeira* women.

Keywords: Women. Living-*Cerrado*. Movement. Expressions.

Mujeres en movimiento y expresiones en la construcción del vivir-*Cerrado*

Resumen: Pensar el *Cerrado* brasileño a partir de los movimientos y expresiones de diferentes mujeres está en el horizonte de nuestra nueva escritura. Con este objetivo, llevaremos a cabo un curso metodológico que incluyó una extensa investigación de campo y entrevistas, realizadas en el *Cerrado* de *Goiás* y en transición con la Amazonía, entre mujeres *quilombolas*, mujeres indígenas, mujeres que trabajan con coco *babaçu*, tejedoras e hiladores del algodón. También utilizamos las experiencias del *Primeiro Encontro Nacional de Mulheres do Cerrado*, realizado en 2019, en el cual la carta "o Cerrado brasileiro tem cara de mulher" fue escrita. La diversidad, la oportunidad y el beneficio de estas mujeres, manifestadas en el texto, nos dieron pautas para articular el adjetivo *cerradeira* y el palabra vivir-*Cerrado* en nuestra búsqueda de una vida más digna. Estas expresiones, *cerradeira* y vivir-*Cerrado*, se activan a lo largo de este artículo como una forma de conceptualizar los amplios procesos de interacción entre humanos y no-humanos desde un entorno que construye y es construido al mismo tiempo por el bioma, la cultura y la sociopolítica. En este momento de la investigación, concluimos que el llamado ecofeminismo, la perspectiva teórica de una amefricanidad y otros movimientos que denuncian jerarquías y violencia, son buenas pistas para lograr el cambio. Añadimos, sin embargo, que o vivir-*Cerrado* se ubica en la pluralidad, ascendencia y compromisos intergeneracionales e interespecíficos que marcan las mujeres *cerradeiras*.

Palabras-Clave: Mujeres. Vivir-*Cerrado*. Movimiento. Expresiones.

Referências

ALMEIDA, Verônica Lima da Fonseca. **Gênero e sustentabilidade no Cerrado Goiano**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Apresentação. In: NETO, Joaquim Shiraishi. (org.) **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Corpos que pensam**: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

CANUTO A., LUZ C. R. S., SANTOS, P. C. M. **Conflitos no campo**: Brasil 2018. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2019

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CASTILHO, Denis. Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico. In: **Revista Mirante**, vol. 2, n.1. Pires do Rio - GO: UEG, 2007.

DIAS, Luciene O. Grupo de Pesquisa Pindoba: resiliência e o lugar acadêmico. In: **Revista Nós**: Cultura, Estética e Linguagens. v. 04, n. 02, 2019, p. 16-33.

_____. **Mulheres de Fibra**: a organização das quebradeiras de coco no Tocantins. Goiânia: Eficaz, 2011.

_____. **Mulheres de Fibra**: as estratégias das Quebradeiras de Coco no Tocantins como um marco empírico para o Desenvolvimento Sustentável. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, 2005.

DAS, Veena. **Life and Words**: Violence and the Descent into the Ordinary. Berkeley, University of California Press, 2007.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

FREIRE, Ralyanara Moreira. **Tramas ao Avesso**: memórias e identidades fiandeiras na Região da Estrada de Ferro-GO. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, Universidade Estadual de Goiás, 2015.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminism**. Melbourne: Spinifex Press, 1993.

PENA, Rodolfo F. Alves. Cerrado: a caixa d'água do Brasil. In: **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/brasil/cerrado-caixa-dagua-brasil.htm>. Acesso em: 09 jul 2020.

ROCHA, Maria Madalena do Sacramento. **Na Caçada da Onça**: Curraleira e Sussa enquanto performances culturais quilombolas. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais, Universidade Federal de Goiás, 2019.

SAMPAIO, Alexandre B. et. al. **Guia de restauração do Cerrado**. V. 1 – Semeadura direta. Brasília: Universidade de Brasília/Rede de Sementes do Cerrado, 2015.

SCOTT, Jean. Preface a gender and politics of history. In: **Cadernos Pagu**, nº 03, Campinas/SP, 1994.

SOARES, Denise. **Vidas Foliãs**: comunicações, sociabilidades e dispositivos interacionais. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Goiás, 2020.

WOORTMANN, Ellen F. Da **Complementaridade à Dependência**: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. Série Antropologia, Brasília: UNB 1991.

Luciene de Oliveira Dias - Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, Mestre em Ciências do Ambiente, Especialista em Estudos Culturais e professora da Universidade Federal de Goiás vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Coordenadora do Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença.

Ralyanara Moreira Freire - Doutoranda em Antropologia Social pela Unicamp, mestra em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado; comunicóloga e integra o Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença.

Recebido para publicação em junho de 2020

Aceito para publicação em setembro de 2020